

Secretaria Municipal de Saúde - PRAIA GRANDE
CNPJ: 46.177.531/0001-55
AVENIDA PRESIDENTE KENNEDY, 8850, VILA MIRIM
Telefone: 1334962400 - E-mail: sesap@praiagrande.sp.gov.br
11704-900 - PRAIA GRANDE - SP
RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

1. IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome: CLEBER SUCKOW NOGUEIRA Data da Posse: 01/02/2017

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: CLEBER SUCKOW NOGUEIRA Data da Posse: 01/02/2017

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG? Sim

Nome: FRANCISCO JAIMEZ GAGO Data da Posse: 01/01/13

1.2 Informações do Fundo Municipal de Saúde

Instrumento legal de criação do FMS Tipo Lei - 1445
CNPJ 11.252.940/0001-94 - Fundo de Saúde
Data 17/09/2009
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde? Sim
Gestor do FMS CLEBER SUCKOW NOGUEIRA
Cargo do Gestor do FMS Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CMS Tipo Decreto - 720
Nome do Presidente do CMS ANTONIO PIO NETO
Data 27/05/1991
Segmento usuário
Data da última eleição do Conselho 27/05/2017
Telefone 1334742218
E-mail comusapg@praiagrande.sp.gov.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde 05/2017

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde? Sim

A Secretaria de Saúde tem plano de saúde referente ao período de 2014 a 2017? Sim

Situação Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 45 Em 29/08/2017

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

Plano Municipal de Saude_2018 2021 _DECRETO_ versao final.pdf

RESOLUÇÃO COMUSAPG - Nº 045-2017 - APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017? Sim

Situação Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde Resolução nº 10 Em 28/03/2017

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PAS2017_COMUSA.pdf

Documento

RESOLUÇÃO COMUSA-PG Nº 010-2017 - Aprovação da Programação Anual de Saúde 2017..pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2018?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 52 Em 19/09/2017

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PAS 2018.pdf

RESOLUÇÃO COMUSAPG - Nº 065-2017 - APROVAÇÃO SISPACTO 2018.pdf

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O Município possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

Não

O Município possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

Não

1.7 Informações sobre Regionalização

O município pertence à Região de Saúde:

Baixada Santista

O município participa de algum consórcio?

Não

O município está organizado em regiões intramunicipal?

Não Quantas?

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O ano de 2017, primeiro ano da gestão 2017/2020, encerra o ciclo de investimentos planejados no Plano Municipal de Saúde 2014-2017 (PMS 2014/2021) e a execução das grandes oficinas de Planejamento que culminaram com a 9ª Conferência Municipal de Saúde (em 27 de maio de 2017) e a elaboração do novo Plano Municipal de Saúde 2018-2021 (PMS 2018/2021) aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde através da Resolução COMUSA-PG nº. 066/2017, de 19 de dezembro de 2017.

Como legado do PMS 2014/2017, o ano de 2017 foi o responsável por operacionalizar a inauguração e funcionamento das 6 (seis) novas unidades de saúde da família previstas neste Plano, quais sejam, Usafa Rio Branco, Santa Marina, Aloha, Ocian, Maracana e Antártica. Com a conquista, em 2017, da plena capacidade de funcionamento do Programa de Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade e a inauguração do Programa Municipal de Residência Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade foi possível antecipar a inauguração de equipes de Estratégia de Saúde da Família e avançar o município em direção a plena cobertura de Atenção Básica.

Como prelúdio do PMS 2018/2021, o ano de 2017 foi marcado pelas ações de planejamento que buscaram a ampliação do acesso em diversas redes de Atenção à Saúde, aprimorando o atendimento da municipalidade nos segmentos de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar. Entre os destaques de inauguração e operacionalização, cita-se os três novos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (CAPS II Mirim, CAPS AD e CAPS infantil), a abertura de um grande equipamento regional de Atenção à Pessoa com Deficiências através da inauguração do Centro Especializado em Reabilitação (CER) Joanna Imparato, a expansão da Rede de Atenção às pessoas com Doenças Crônicas através da ampliação e habilitação da alta complexidade em nefrologia no Nefro PG, CNES nº. 7019897 e os grandes investimentos no setor hospitalar, com a criação, no final do primeiro semestre de 2017, do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, bem como as respectivas ações de habilitação de 10 novos leitos de UTI adulto e 10 novos leitos de UTI pediátrica e expansão do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos.

Assim, este Relatório Anual de Gestão 2017 fornecerá os detalhes das conquistas e desafios encontrados em um simbólico ano de transição de Planos Municipais, sendo marcado por intensas ações de planejamento e inauguração de novos serviços.

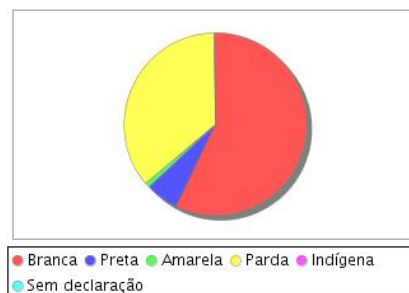
2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2017

310.024

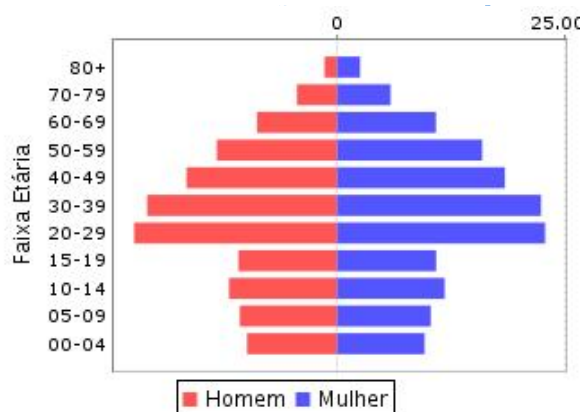
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	272.390	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	149.617	63,73%
Preta	15.407	4,97%
Amarela	2.063	0,67%
Parda	94.571	30,50%
Indígena	393	0,13%
Sem declaração	0	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	9.902	9.613	19.515
05-09	10.698	10.292	20.990
10-14	11.880	11.817	23.697
15-19	10.844	10.879	21.723
20-29	22.303	22.856	45.159
30-39	20.882	22.414	43.296
40-49	16.555	18.437	34.992
50-59	13.225	15.935	29.160
60-69	8.807	10.859	19.666
70-79	4.408	5.876	10.284
80+	1.388	2.520	3.908
Total	130.892	141.498	272.390



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

O Município contava com 19.297 habitantes em 1970, crescendo para 85.374 em 1980, depois para 115.710 em 1990 e 299.261 em 2015 (estimativa populacional/Fonte: TCU). Atualmente há uma população flutuante nos finais de semana fazendo com que chegue a 500.000 pessoas na cidade aos finais de semana e feriados e até 1.500.000 pessoas na alta temporada de verão. Apesar do ainda intenso crescimento demográfico, com uma Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População - 2010/2016 da ordem de 2,09 (mais do que o dobro da média do Estado de São Paulo), o município assiste a uma profunda mudança em sua pirâmide etária por conta da melhoria do acesso à assistência à saúde – particularmente no campo do planejamento familiar – fazendo com que na atualidade o município apresente uma taxa de natalidade próxima da realidade do Estado (15,26/1.000), sendo seu crescimento calcado na intensa migração de populações vizinhas atraídas pelas características de turismo litorâneo da cidade e da qualidade dos serviços públicos do município. Esta qualidade gera, como consequência, um rápido processo de aumento da perspectiva de vida e crescimento da população idosa, que já representa 13% da população residente.

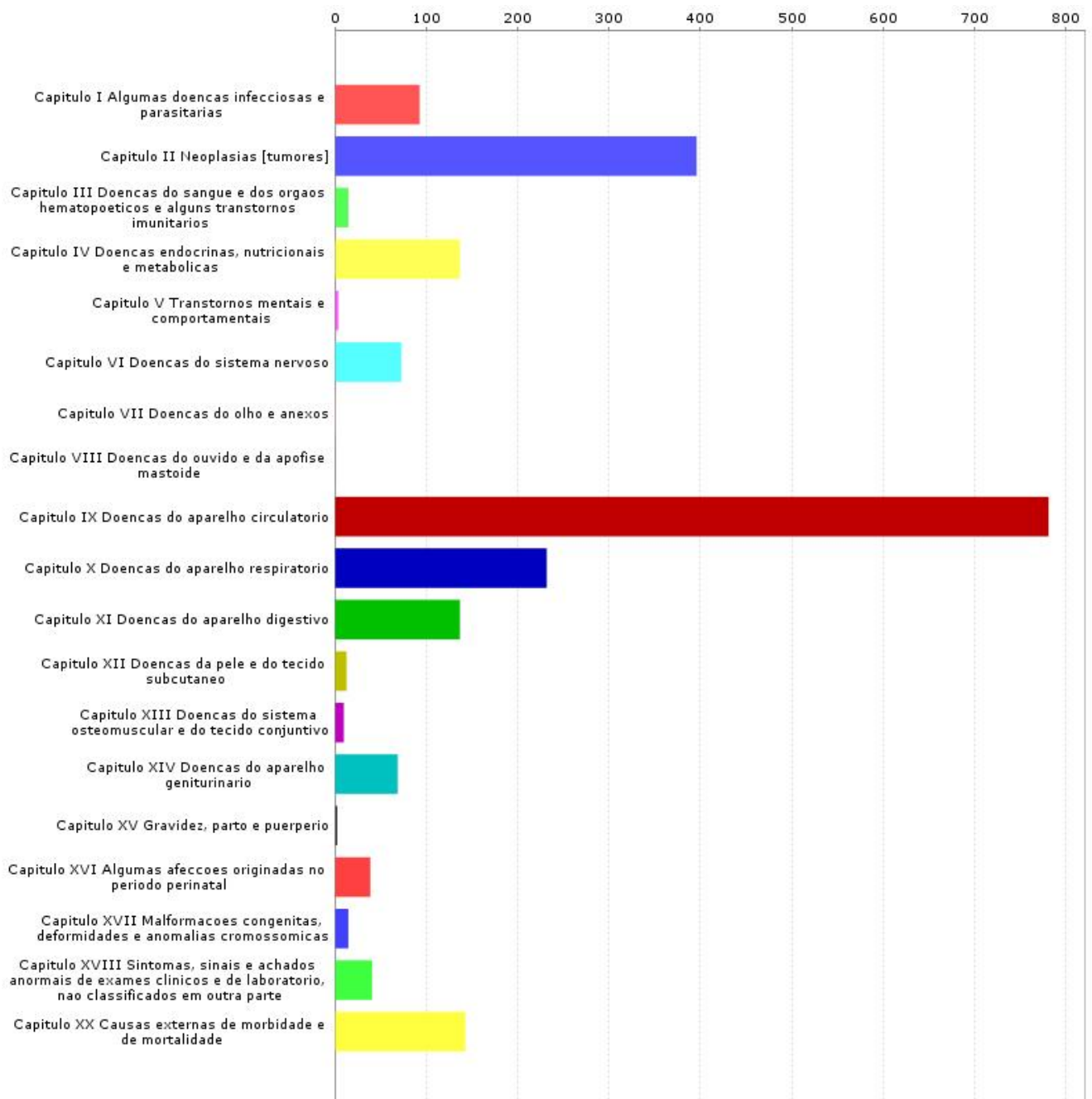
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2016)

Última atualização: 23/03/2018 15:20:50

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	3	0	0	0	1	5	13	19	22	14	9
Capítulo II Neoplasias [tumores]	0	0	1	1	1	1	6	29	74	123	100
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	1	0	0	0	0	1	2	2	1	3
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	1	0	0	0	0	3	2	4	22	33	34
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	1
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	1	1	0	0	1	1	3	3	2	4	9
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	0	0	0	0	0	3	16	40	111	206	171
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	2	0	0	0	2	7	2	6	25	45	52
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	0	0	0	0	0	1	8	11	30	28	29
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	2

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	3
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	0	1	0	1	1	1	4	7	12	14
Capítulo XV Gravidez, parto e puerperio	0	0	0	0	1	0	2	0	0	0	0
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossômicas	13	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	0	0	0	0	2	2	4	2	6	11
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	1	2	0	1	14	24	34	12	20	12	10
Total	61	4	3	2	22	49	91	135	318	487	450

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	7	0	93
Capítulo II Neoplasias (tumores)	60	0	396
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	4	0	15
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	38	0	137
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	1	0	4
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	48	0	73
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	0	0	1
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	1
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	233	1	781
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	91	0	232
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	28	2	137
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	8	0	13
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	5	0	10
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	28	0	69
Capítulo XV Gravidez, parto e puerperio	0	0	3
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	39
Capítulo XVII Malformações congénitas, deformidades e anomalias cromossômicas	0	0	15
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	14	0	41
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	12	1	143
Total	577	4	2.203



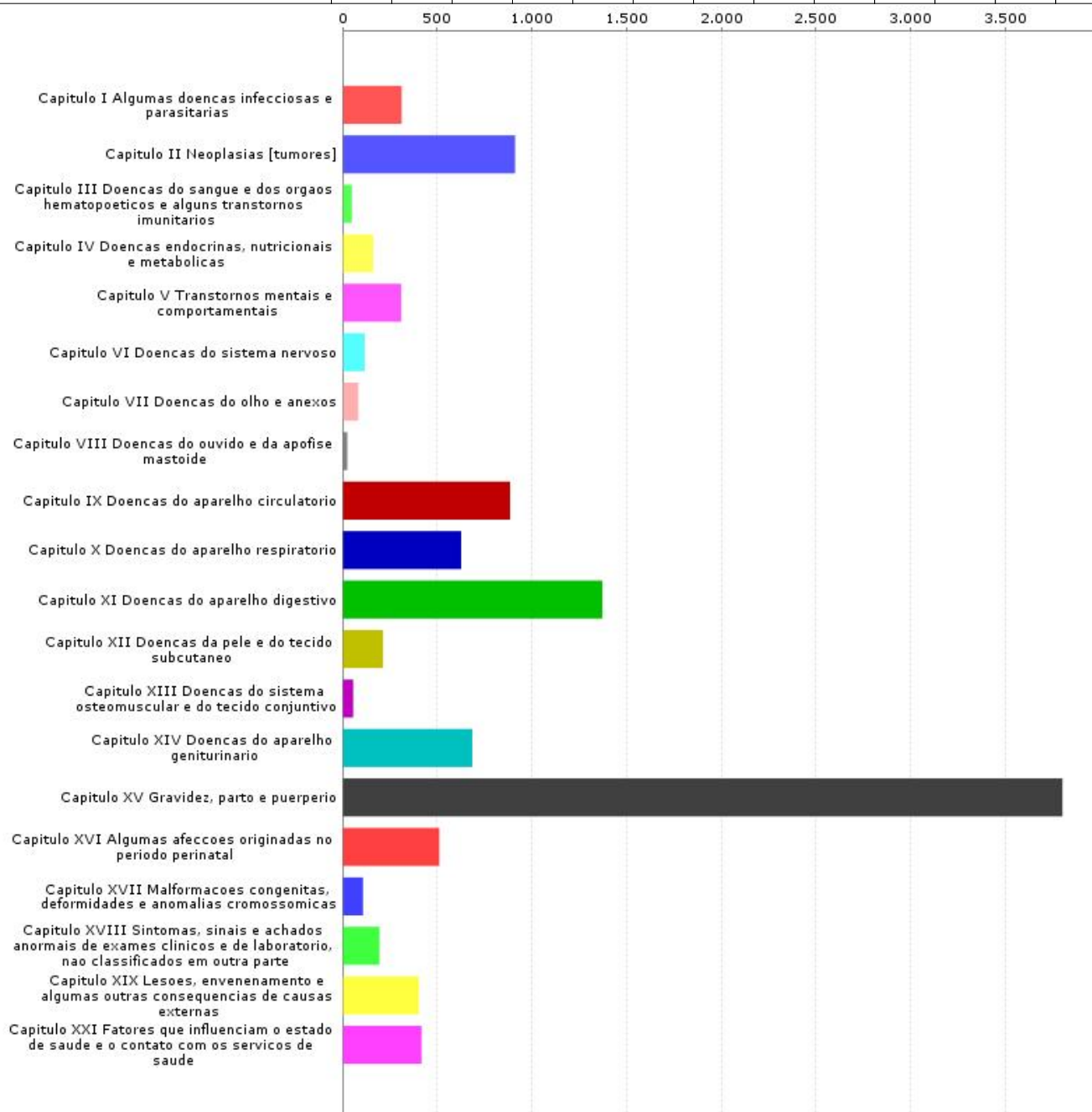
Análise e considerações sobre Mortalidade

As taxas de mortalidade específica refletem o cenário nacional, apontando, como principais causas, por capítulo de CID, as doenças relacionadas ao aparelho circulatório e neoplasias. Na última década, em decorrência dos grandes investimentos na infraestrutura rodoviária, que liga a capital do Estado à Baixada Santista, e a implantação - no município de Praia Grande - de um Complexo Hospitalar municipal com expertise no atendimento de média e alta complexidade em Traumatologia e Neurocirurgia (principal Porta de Entrada da RUE/RRAS 07) conquistou-se grande redução na mortalidade por causas externas. Assim, como terceiro lugar, em uma composição etiológica envolvendo diversos preditores, como - por exemplo - o envelhecimento da população, DPOC, o recrudescimento das doenças reemergentes e o perfil de resistência bacteriana, assiste-se uma ampliação da participação das causas pulmonares entre as causas de mortalidade específica.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2017)

Internações por Capítulo CID-10	null												Total
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	71	9	3	7	10	23	28	39	36	28	31	28	313
Capítulo II Neoplasias [tumores]	1	10	20	16	16	22	79	148	148	237	145	70	912

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	3	6	6	1	1	3	3	6	7	5	5	4	50
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	12	17	6	9	2	5	6	12	25	28	28	13	163
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	0	3	32	79	62	63	42	22	6	2	311
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	4	16	1	8	8	16	3	13	18	13	9	9	118
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	1	6	5	4	0	7	6	9	11	15	14	6	84
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	7	5	4	1	3	2	2	2	0	0	0	26
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1	8	4	2	4	19	59	109	181	235	171	93	886
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	95	120	42	26	19	28	21	34	46	65	70	61	627
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	22	74	72	52	50	119	180	211	209	234	120	30	1.373
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	9	25	21	15	7	14	14	24	34	30	14	8	215
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	2	3	2	1	7	3	8	14	11	5	0	57
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	15	29	34	26	29	58	79	91	82	133	67	43	686
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	0	0	0	27	590	1.858	1.183	144	0	0	0	0	3.802
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	506	0	0	0	1	1	4	0	0	0	0	0	512
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	27	27	18	12	8	2	7	2	4	2	0	0	109
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	5	6	1	2	2	6	9	15	38	63	35	14	196
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	6	33	56	16	18	53	51	57	45	32	30	7	404
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	0	1	3	4	6	68	176	92	36	20	9	3	418
Total	779	396	300	236	805	2.391	1.975	1.079	978	1.173	759	391	11.262



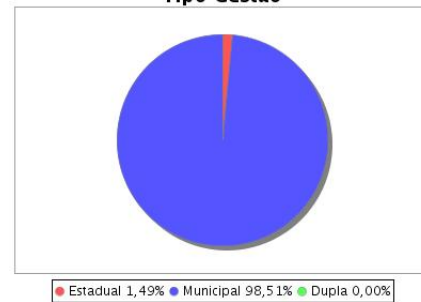
Análise e considerações sobre Mortalidade

O perfil de morbidade municipal reflete algumas das características do cenário atual da Baixada Santista e do perfil assistencial do único equipamento hospitalar em território municipal (Complexo Hospitalar Imã Dulce). As internações por causas obstétricas refletem a grande procura regional pelo atendimento de baixo risco obstétrico, agravada pela crise financeira nacional e as intermitentes suspensões transitórias de funcionamento de dois importantes hospitais gerais em municípios vizinhos na Baixada Santista, atrelado ao prévio fechamento de 2 (duas) importantes maternidades. A migração de pacientes que perderam convênios médicos da Saúde Suplementar também auxiliaram no agravamento da demanda obstétrica. As doenças do aparelho digestivo são um produto da demanda de média complexidade, que variam de causas simples, como doenças diarreicas a neoplasias do sistema digestivo. Apesar do município não ser referência para o atendimento de neoplasias ou de alta complexidade em cardiologia, as dificuldades de acesso fazem com que o hospital geral do município vivencie uma alta prevalência de internações por neoplasias e Infarto Agudo do Miocárdio, aumentando a média de permanência de seus leitos de clínica médica e intensificando a procura regional pelos leitos complementares do município.

3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	1	1	0	0
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	27	27	0	0
POLICLINICA	4	4	0	0
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	1	1	0	0
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	6	6	0	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	9	8	1	0
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	5	5	0	0
HOSPITAL/DIA - ISOLADO	2	2	0	0
HOSPITAL GERAL	1	1	0	0
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	1	1	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	1	1	0	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	4	4	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	2	2	0	0
CENTRAL DE REGULACAO	3	3	0	0
Total	67	66	1	0

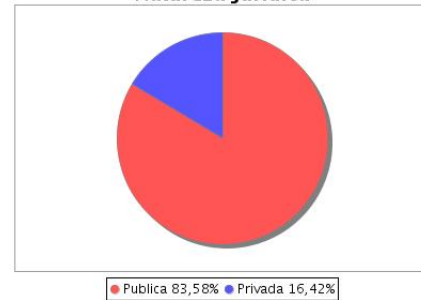
Tipo Gestão



3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
MUNICIPAL	108	108	0	0
PRIVADA	22	22	0	0
ESTADUAL	4	2	2	0
Total	134	132	2	0

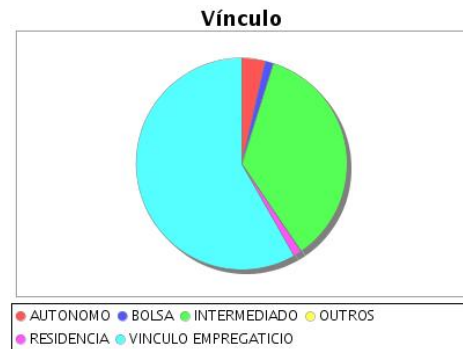
Natureza Jurídica



Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

O sistema público de saúde, como demonstra o gráfico, ainda é o grande garantidor do acesso às ações de saúde no município, sendo o único no território a proporcionar acesso à Atenção Hospitalar, cabendo a esfera privada somente a contribuição com pequenos ambulatorios, unidades não hospitalares de urgência e Emergência e consultórios particulares. Quanto se realiza pesquisa no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde, testemunha-se que a rede pública municipal foi responsável por quase 90% do número de horas semanais trabalhadas em ambulatório e 100% de horas trabalhadas na Atenção Hospitalar. Entre os destaques de 2017, está a inauguração de 8 novas unidades básicas, perfazendo um total de 27 Unidades Básicas e as inaugurações dos centros de atenção psicossocial, que passaram a ser 4 (quatro) no território municipal.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
PESSOA FISICA	100
PESSOA JURIDICA	5
TOTAL	105
BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	37
TOTAL	37
INTERMEDIADO	
TIPO	TOTAL
AUTONOMO	211
CARGO COMISSONADO	1
CELETISTA	810
TOTAL	1022
OUTROS	
TIPO	TOTAL
PROPRIETARIO	1
TOTAL	1
RESIDENCIA	
TIPO	TOTAL
RESIDENTE	35
TOTAL	35
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSONADO	25
CELETISTA	14
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	7
EMPREGO PUBLICO	41
ESTATUTARIO	1589
TOTAL	1676



Análise e Considerações Profissionais SUS

A Secretaria de Saúde Pública municipal possui mais de 90% de seus recursos humanos SUS com vínculo empregatício na condição de estatutários, transparecendo a decisão da gestão municipal de valorização a fidelização de seus recursos humanos e garantir a manutenção da qualidade e retorno dos investimentos regularmente realizados em Educação Permanente em Saúde de seu quadro. Com a ampliação do Programa de residência médica em ESF e a inauguração do Programa de Residência multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade, em 2017, expandiu-se para 37 o número de bolsistas.

5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

Pactuação Interfederativa 2017 a 2021

Relação de Indicadores

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
1	TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS)	467,00	367,76	/100.000
10	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	100,00	74,28	%
11	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,52	0,46	RAZÃO
12	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS NA POPULAÇÃO RESIDENTE DE DETERMINADO LOCAL E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,35	0,45	RAZÃO
13	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	48,00	48,00	%
14	PROPORÇÃO DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE AS FAIXAS ETÁRIAS 10 A 19 ANOS	14,09	14,11	%
15	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	13,70	14,00	/1000
16	NÚMERO DE ÓBITOS MATERNS EM DETERMINADO PERÍODO E LOCAL DE RESIDÊNCIA	2,00	2,00	N.Absoluto
17	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA PELAS EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA.	85,00	95,78	%
18	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	50,93	55,00	%
19	COBERTURA POPULACIONAL ESTIMADA DE SAÚDE BUCAL NA ATENÇÃO BÁSICA	35,00	29,99	%
2	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	100,00	95,00	%
20	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	100,00		%

Nº	Indicador	Meta 2017	Resultado	Unidade
21	AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPES DE ATENÇÃO BÁSICA	100,00	100,00	%
22	NÚMERO DE CICLOS QUE ATINGIRAM MÍNIMO DE 80% DE COBERTURA DE IMÓVEIS VISITADOS PARA CONTROLE VETORIAL DA DENGUE	4,00	4,00	N.Absoluto
23	PROPORÇÃO DE PREENCHIMENTO DO CAMPO "OCUPAÇÃO" NAS NOTIFICAÇÕES DE AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO	68,72	97,00	%
3	PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA	98,00	98,60	%
4	PROPORÇÃO DE VACINAS SELECIONADAS DO CNV PARA CRIANÇAS < 2 ANOS - PENTAVALENTE (3ª DOSE), PNEUMOCÓCICA 10-VALENTE (2ª), POLIOMIELITE (3ª) E TRÍPLICE VIRAL (1ª) - COM COBERTURA VACINAL PRECONIZADA	75,00	75,00	%
5	PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS EM ATÉ 60 DIAS APÓS NOTIFICAÇÃO	91,70	94,32	%
6	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	100,00	90,00	%
7	NÚMERO DE CASOS AUTÓCTONES DE MALÁRIA			N.Absoluto
8	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	77,00	74,00	N.Absoluto
9	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	0,00	0,00	N.Absoluto

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor	R\$ 261.357.723,00	Valor	R\$ 261.465.038,63
--------------	--------------------	--------------	--------------------

Análise e Considerações

Em 2017, o município cumpriu com a maioria dos objetivos pactuados na Programação Anual de Saúde 2017, assistiu-se à operacionalização das novas unidades de Atenção Básica, conforme data de inserção no Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde (CNESt) das unidades de Estratégia de Saúde da Família planejadas: Usafa Rio Branco (11/07/2018), Santa Marina (11/07/2018), Aloha (11/07/2018), Ocian (30/04/2018), Maracanã (09/05/2018) e Antártica (13/04/2018), em decorrência da expansão ou inauguração dos Programas de Residência Médica e Multiprofissional em Saúde da Família e Comunidade. Análise dos indicadores, em 2017, ratifica o cumprimento e bom desempenho municipal. As metas não alcançadas estão sendo objeto de planejamento para a melhoria junto ao Plano Municipal de Saúde 2018-2021, passando-se a fazer breves considerações sobre cada uma delas como segue.

O município conseguiu reduzir de forma mais intensa sua Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis. Entre os destaques, cita-se a consolidação da Poita de Entrada de Urgência e Emergência do Hospital Municipal Irmã Dulce com uma das principais da Baixada Santista e a única com exames de imagem de tomografia computadorizada disponível 24 horas/dia e a criação do Complexo Hospitalar Irmã Dulce avançando na oferta ambulatorial de alta complexidade em nefrologia, postergando-se uma potencial mortalidade prematura. Destaca-se também, o grande número de atividades de Educação Permanente - unindo as equipes ambulatoriais e do hospital municipal - com diversos e relevantes temas como, por exemplo, para o atendimento do paciente crítico e a disponibilização de fluxos e protocolos em porta à disposição das equipes, refletindo-se neste indicador de mortalidade.

Não se conseguiu alcançar o indicador de proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados. Entre os principais desafios, tem-se o quadro enxuto de recursos humanos e a constatação de inúmeros endereços equivocados, merecendo destaque a invasão dos serviços municipais por gestantes de municípios vizinhos cujas maternidades continuam fechadas.

Em contrapartida, os indicadores de proporção de registro de óbitos com causa básica definida, de Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF), de proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação e de proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho com bons resultados, mostra um serviço de informação em saúde engajado, o que gerou premiações ao município em 2017. Particularmente, destaca-se a premiação estadual pela qualidade de alimentação do SINASC.

A mudança de estrutura predial do Centro de Referencial ao atendimento de Hansen e Tuberculose do municipal (CRATH), aliada às dificuldades do tratamento por resistências do agente infeccioso e baixa adesão de alguns usuários, acarretou dificuldades em se alcançar o índice pactuada, mas a nova estrutura permitirá a retomada deste parâmetro.

O município mantém um intenso trabalho de matriciamento buscando ampliar a adesão da população feminina a oferta do programa de rastreamento ao câncer de colo, mas o grande absenteísmo (superior a 30%) tem sido um fator de desafia para a melhora do indicador.

O aumento da cobertura de atenção básica e a pactuação regional, em 2017, de se estabelecer o município vizinho de Itanhaém como referência para o atendimento de municípios com maternidade fechadas fez com que houvesse melhora do indicador de mortalidade infantil municipal. Todavia, a invasão dos serviços municipais continua a oferecer desafios para a melhora deste indicador.

Finalmente, a inauguração de diversos equipamentos na atenção Especializada abre a perspectiva de continuidade de melhora dos indicadores municipais.

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 23/03/2018 16:18:46

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Estadual	Outros Municípios											
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	3.000.000,00	0,00	0,00	7.535,80	0,00	3.007.535,80	6.000.000,00	3.000.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	3.000.000,00	868.658,58	878.279,76	267.156,98
Atenção Básica	20.137.036,32	0,00	0,00	595.189,95	0,00	20.732.226,27	20.038.280,32	18.101.610,83	18.061.967,32	18.061.967,32	21.519.464,00	869.634,41	5.787.280,58	7.587.905,12
Vigilância em Saúde	2.448.484,54	2.063.674,87	0,00	367.786,16	0,00	4.879.945,57	5.997.818,76	3.250.170,48	2.951.892,11	2.924.172,11	4.437.299,00	3.488.187,48	4.771.305,20	3.238.891,18
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	41.587.848,00	0,00	0,00	668.259,87	6.232.884,03	48.488.991,90	53.093.315,40	47.045.109,74	43.022.795,23	42.781.789,54	91.384.870,00	4.303.012,81	11.446.716,19	12.850.905,74
Assistência Farmacêutica	1.796.921,74	0,00	0,00	143.874,88	0,00	1.940.796,62	1.793.998,00	1.205.335,32	1.082.211,62	1.034.447,59	1.823.928,00	752.020,00	1.403.260,36	1.557.589,39
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	1.230.194,18	0,00	0,00	911.971,12	0,00	2.142.165,30	484.600,00	72.617,22	72.617,22	72.617,22	0,00	1.910.689,62	11.331.322,59	11.490.181,05
Gestão do SUS	30.000,00	0,00	0,00	46.128,69	0,00	76.128,69	47.042,00	0,00	0,00	0,00	37.102,00	9.817,73	19.852.436,86	19.918.747,82
Convênios	0,00	34.564.837,07	0,00	94.651,93	0,00	34.659.489,00	46.066.558,95	45.746.558,95	34.234.837,07	34.234.837,07	39.520.224,00	0,00	410.196,68	834.848,61
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	668.764,00	0,00	0,00	15.593,00	0,00	684.357,00	550.764,00	483.761,88	483.761,88	483.761,88	550.764,00	0,00	149.044,69	349.639,81
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.817,73	19.391.278,25	19.381.460,52
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	20.137.036,32	0,00	0,00	595.189,95	0,00	20.732.226,27	20.038.280,32	18.101.610,83	18.061.967,32	18.061.967,32	21.519.464,00	869.634,41	5.787.280,58	7.587.905,12
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo (6)	0,00	0,00	0,00	161.992,52	0,00	161.992,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.102,57	1.641.994,90	1.771.884,85
Vigilância Sanitária	2.448.484,54	0,00	0,00	230.105,06	0,00	2.678.589,60	2.572.984,76	1.506.363,40	1.436.918,53	1.436.918,53	2.748.763,00	939.753,92	2.014.789,83	2.316.706,98
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	38.587.848,00	0,00	0,00	491.706,01	0,00	39.079.554,01	39.715.154,16	37.505.615,47	34.194.213,50	34.151.743,37	81.645.426,00	2.511.341,01	8.271.258,91	10.687.728,54
Teto financeiro	37.919.084,00	0,00	0,00	476.113,01	0,00	38.395.197,01	39.164.390,16	37.021.853,59	33.710.451,62	33.667.981,49	81.094.662,00	2.511.341,01	8.122.214,22	10.338.088,73
Qualificação da Gestão do SUS	30.000,00	0,00	0,00	46.128,69	0,00	76.128,69	47.042,00	0,00	0,00	0,00	37.102,00	0,00	461.158,61	537.287,30
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação -FAEC	3.000.000,00	0,00	0,00	7.535,80	0,00	3.007.535,80	6.000.000,00	3.000.000,00	2.750.000,00	2.750.000,00	3.000.000,00	868.658,58	878.279,76	267.156,98
Outros Programas Financiados por Transferências Fundo a Fundo	0,00	2.063.674,87	0,00	137.681,10	0,00	2.201.355,97	3.424.834,00	1.743.807,08	1.514.973,58	1.487.253,58	1.688.536,00	2.548.433,56	2.756.515,37	922.184,20
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	1.796.921,74	0,00	0,00	143.874,88	0,00	1.940.796,62	1.793.998,00	1.205.335,32	1.082.211,62	1.034.447,59	1.823.928,00	752.020,00	1.403.260,36	1.557.589,39
Outras	0,00	0,00	0,00	1.010.528,77	155.600,00	156.610,528,77	147.891.434,48	145.521.834,16	142.541.797,62	142.151.260,71	142.985.121,50	8.185.678,07	7.425.064,28	13.698.654,27

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ADVINDOS DOS BLOCOS DE FINANCIAMENTOS, SÃO DEVIDAMENTE ALOCADOS CONFORME PRECONIZADOS EM PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
20/03/2018 00:00:00

Participação % da receita de impostos na receita total do Município	40,59%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Município	41,80%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	18,56%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	62,75%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	33,90%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	55,86%
Para Fins de Cálculo do Percentual da LC141/2012	0,00%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob responsabilidade do município, por habitante	R\$856,38
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	36,02%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	1,61%
Participação % da desp. com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	53,16%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,45%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	41,06%

% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	20,88%
---	--------

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

O Setor Público foi o grande responsável pela garantia do acesso a saúde no município, representando mais de 80% do total de horas de trabalhadores de saúde dedicados a população. A integralidade da assistência foi implementada a um custo médio de R\$856,38 por habitante, onde se inclui ações de promoção, prevenção, vigilância em saúde, cobertura plena de Atenção Básica, atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar e fornecimento gratuito de medicamentos e insumos.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	469.915.578,00	506.498.288,12	506.498.288,12	100,00
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	295.470.461,00	297.131.817,87	297.131.817,87	100,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	41.833.814,00	47.226.923,63	47.226.923,63	100,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	45.098.161,00	48.696.527,97	48.696.527,97	100,00
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	33.720.140,00	40.638.454,27	40.638.454,27	100,00
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.593.120,00	2.759.503,86	2.759.503,86	100,00
Dívida Ativa dos Impostos	31.026.378,00	42.505.648,29	42.505.648,29	100,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	21.173.504,00	27.539.412,23	27.539.412,23	100,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	190.103.797,00	190.593.250,62	190.593.250,62	100,00
Cota-Parte FPM	60.269.352,00	59.449.577,75	59.449.577,75	100,00
Cota-Parte ITR	4.657,00	4.832,87	4.832,87	100,00
Cota-Parte IPVA	36.951.113,00	36.193.928,54	36.193.928,54	100,00
Cota-Parte ICMS	91.720.080,00	93.825.078,91	93.825.078,91	100,00
Cota-Parte IPI-Exportação	701.715,00	682.466,15	682.466,15	100,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	456.880,00	437.366,40	437.366,40	100,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	456.880,00	437.366,40	437.366,40	100,00
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	660.019.375,00	697.091.538,74	697.091.538,74	100,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	105.720.578,00	106.679.909,96	106.679.909,96	100,00
Provenientes da União	63.029.544,00	67.230.484,78	67.230.484,78	100,00
Provenientes dos Estados	41.999.024,00	36.628.511,94	36.628.511,94	100,00
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	692.010,00	2.820.913,24	2.820.913,24	100,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	105.720.578,00	106.679.909,96	106.679.909,96	100,00

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	259.803.107,00	272.976.280,15	241.351.979,93	18.934.958,51	95,35
Pessoal e Encargos Sociais	105.178.734,00	98.567.372,00	94.509.725,26	0,00	95,88
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	154.624.373,00	174.408.908,15	146.842.254,67	18.934.958,51	95,05

DESPESAS DE CAPITAL	1.554.616,00	3.003.248,76	1.137.940,19	40.160,00	39,23
Investimentos	1.554.616,00	3.003.248,76	1.137.940,19	40.160,00	39,23
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	261.357.723,00	275.979.528,91		261.465.038,63	94,74

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		521.801,93	0,00	0,20
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		99.426.320,57	15.995.081,97	44,14
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		93.347.738,84	15.534.169,43	41,64
Recursos de Operações de Crédito	N/A		0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	N/A		6.078.581,73	460.912,54	2,50
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		N/A		115.943.204,47	44,34
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = [(IV(f+g))-V(h+i)]			""	0,00	""

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = [VI(H+I) /	20,87
--	-------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL $[VI(h+i)-(15*IIIb)/100]$	40.958.103,35
--	---------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	2.980.036,54	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2016	6.143.937,09	280.732,34	5.844.233,45	18.971,30	0,00
Inscritos em 2015	3.762.987,81	854.249,13	2.872.111,51	36.627,17	0,00
Inscritos em 2014	6.398.154,99	626.073,02	5.691.439,68	80.642,29	0,00
Inscritos em 2013	4.344.414,70	205.763,04	4.082.287,01	56.364,65	0,00
Inscritos em 2012	3.668.045,80	227.952,60	0,00	3.440.093,20	0,00
Total	27.297.576,93	2.194.770,13	18.490.071,65	3.632.698,61	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	57.978.782,00	57.864.455,10	53.329.919,69	163.388,44	20,46
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	158.965.575,00	172.493.047,11	148.905.885,53	16.604.135,70	63,30
Suporte Profilático e Terapêutico	3.757.584,00	3.757.584,00	2.542.119,98	630.271,53	1,21
Vigilância Sanitária	948.305,00	948.305,00	729.400,51	4.910,00	0,28
Vigilância Epidemiológica	4.928.498,00	5.147.129,98	3.523.542,25	76.571,97	1,38
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	34.778.979,00	35.769.007,72	33.459.052,17	1.495.840,86	13,37
TOTAL	261.357.723,00	275.979.528,91		261.465.038,63	100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE, NO EXERCÍCIO DE 2017 ATINGIU O PATAMAR DE 20,87, EXCÉDENDO ASSIM, 5,87% DO PERCENTUAL PRECONIZADO PELA LC 141/2012. VALE DESTACAR NAS LINHAS DE ATENÇÃO, DIVIDIDAS EM SUBFUNCIONAIS PROGRAMÁTICAS, O MAIOR FINANCIAMENTO ESTÁ NA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL, DEVIDO A NOSSA REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA E NOSSO HOSPITAL MUNICIPAL.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada) Sim

Ente Federado: PRAIA GRANDE

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria: Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS: Sim

Nº da auditoria: 35203

Finalidade da auditoria:

Avaliação do Indicador para a Parte Variável do Contrato de Gestão/POA 2016 com a FUNDAÇÃO DO ABC e Avaliado 10% dos Prontuários faturados em cada Clínica na competência de Dezembro/2016, Janeiro, Fevereiro e Março/2017 para verificação da existência de relatórios de alta em leitos do município.

Status da auditoria: Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação de cumprimento da meta proposta a respeito de relatórios de alta nos prontuários municipais - Plano Operativo do Contro de Gestão, pela Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório com parecer técnico mensal de Auditoria Municipal com alcance das metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35198

Finalidade da auditoria:

Relatório - Contrato de Gestão Municipal nº 068/13 do Hospital Municipal Irmã Dulce - POA 2016. Avaliação da pactuação das metas e do cumprimento dos serviços prestados na competência de Novembro e Dezembro/2016, Janeiro e Fevereiro/2017 com elaboração do Relatório Mensal da Auditoria esclarecendo as conformidades e inadequações encontradas, baseando-se no enfoque das metas dos atendimentos prestados de acordo com o Contrato de Gestão Pactuado.

Status da auditoria:

Encerrada

Hospital Municipal Irmã Dulce.

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Avaliação do cumprimento das metas propostas em contrato pela Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório mensal com parecer técnico da Auditoria Municipal em relação as metas propostas em contrato.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35145

Finalidade da auditoria:

Emissão de Relatório do Plano Operativo Mensal competências de Novembro, Dezembro/2016, Janeiro e Fevereiro/2017, referente ao Contrato de Gestão Compartilhada do UPA Dr. Charles Antunes Bechara, Processo nº 8409/2011, Repasse da Parte Variável-Metas Qualitativas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Unidade de Pronto Atendimento Doutor Charles Antunes Bechara.

Recomendações

Avaliação do cumprimento das metas propostas em contrato pela Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório mensal com parecer técnico da Auditoria Municipal em relação as metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SMS.

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35205

Finalidade da auditoria:

Levantamento das Cirurgias Eletivas Municipais, tendo como instrumento relatórios gerenciais do SIHD, competências Dezembro/2016, Janeiro, Fevereiro, Março/2017. Instrumento de verificação junto a fila de espera municipal.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce.

Recomendações

Verificação junto a lista de espera municipal.

Encaminhamentos

Relatório mensal da Auditoria para o Departamento de Informação em Saúde/Divisão de Regulação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Ministério da Saúde/SAS

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

34964

Finalidade da auditoria:

Em atenção às Portarias SAS/MS 544/2000 e 98/1999, foram realizadas auditorias analíticas das AIH's bloqueadas no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD), na apresentação Dezembro/2016, Janeiro, Fevereiro e Março/2017.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce.

Recomendações

Correção de eventuais inadequações na apresentação das AIH's pelo prestador.

Encaminhamentos

Eventuais inadequações são relatadas e encaminhadas ao Prestador para correção e encaminhamento ao DATASUS, através do SIHD.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35142

Finalidade da auditoria:

Avaliar a correta caracterização das AIH's, utilizando amostra aleatória de no mínimo 10% da média mensal do total de AIH's apresentadas pelo Hospital Municipal Irmã Dulce, competências Dezembro/2016, Janeiro, Fevereiro e Março/2017.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce.

Recomendações

Avaliação e inserção em sistema próprio de Relatório com parecer técnico mensal da Auditoria pela Comissão de Monitoramento responsável.

Encaminhamentos

Relatório mensal com parecer técnico da Auditoria Municipal para a Comissão de Monitoramento responsável.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP.

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35199

Finalidade da auditoria:

Levantamento das Cirurgias Eletivas Municipais nos campos do Planejamento Familiar e Programa de Saúde da Mulher, tendo como instrumento relatórios gerenciais do SIHD, Competências Dezembro/2016, Janeiro, Fevereiro e Março/2017. Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce.

Recomendações

Avaliação da realidade municipal nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Mulher.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP.

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria.

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35152

Finalidade da auditoria:

Levantamento mensal das Internações de pacientes entre zero e um ano de idade com dados individualizados e Agravos de Notificação Encontrados em cada competência para Ambulatório de Pediatria de Risco, referente aos itens 5.15 e 5.22 do Plano Operativo Anual 2016. Competências Dezembro/2016, Janeiro, Fevereiro e Março/2017.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Criança.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

35206

Finalidade da auditoria:

Programa SISCOLO - Identificação das cirurgias por neoplasia de colo uterino realizadas no HMID - Hospital Municipal Irmã Dulce com procedimento, data de realização e resultado de anatomopatológico da peça cirúrgica. Competências Dezembro/2016, Janeiro e Fevereiro.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório Mensal da Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Mulher.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36886

Finalidade da auditoria:

Avaliação do Indicador para a Parte Variável do Contrato de Gestão/POA 2017 e POA Transitório 2017 com a FUNDAÇÃO DO ABC e Avaliado 10% dos Prontuários faturados em cada Clínica na competência de Abril, Maio, Junho e Julho/2017 para verificação da existência de relatórios de alta em leitos do município.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação do cumprimento das metas propostas em contrato pela Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório com parecer técnico mensal da Auditoria Municipal com alcance das metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada) Sim

Ente Federado: PRAIA GRANDE

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria: Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS: Sim

Nº da auditoria: 36870

Finalidade da auditoria:

Relatório - Contrato de Gestão Municipal nº 068/13 do Hospital Municipal Irmã Dulce - POA 2017 e POA Transitório 2017. Avaliação da pactuação das metas e do cumprimento dos serviços prestados na competência de Março, Abril, Maio e Junho/2017 com elaboração do Relatório Mensal da Auditoria esclarecendo as conformidades e inadequações encontradas, baseando-se no enfoque das metas dos atendimentos prestados de acordo com o Contrato de Gestão Pactuado.

Status da auditoria: Encerrada

Hospital Municipal Irmã Dulce **Unidade(s) auditada(s):**

Recomendações

Avaliação do cumprimento das metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório mensal com parecer técnico da Auditoria Municipal em relação às metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36869

Finalidade da auditoria:

Emissão de Relatório do Plano Operativo Mensal competências de Março, Abril e Maio/2017, referente ao Contrato de Gestão Compartilhada do UPA Dr. Charles Antunes Bechara, Processo nº 8409/2011, Repasse da Parte Variável-Metas Qualitativas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Unidade de Pronto Atendimento - Dr. Charles A. Bechara.

Recomendações

Avaliação do cumprimento das metas propostas em contrato pela Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório mensal com parecer técnico da Auditoria Municipal em relação às metas propostas em contrato à Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36893

Finalidade da auditoria:

Levantamento das Cirurgias Eletivas Municipais, tendo como instrumento relatórios gerenciais do SIHD, competências Abril, Maio, Junho e Julho/2017. Instrumento de verificação junto a fila de espera municipal.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Verificar se as cirurgias eletivas realizadas foram de pacientes da lista de espera oficial da Secretaria de Saúde.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para Departamento de Informação em Saúde/ Divisão de Regulação

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Ministério da Saúde/Secretaria de

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36894

Finalidade da auditoria:

Em atenção às Portarias SAS/MS 544/2000 e 98/1999, foram realizadas auditorias analíticas das AIH's bloqueadas no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD), na apresentação Abril, Maio, Junho e Julho/2017.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Correção de eventuais inconformidades encontradas nas apresentações auditadas.

Encaminhamentos

Eventuais inconformidades encontradas são encaminhadas ao Prestador para correção.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36887

Finalidade da auditoria:

Avaliar a correta caracterização das AIH's, utilizando amostra aleatória de no mínimo 10% da média mensal do total de AIH's apresentadas pelo Hospital Municipal Irmã Dulce, competências Abril, Maio, Junho e Julho/2017.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Inserção das informações em sistema próprio para análise da Comissão de Monitoramento responsável.

Encaminhamentos

Relatório com parecer técnico da Auditoria Municipal para o setor responsável.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36889

Finalidade da auditoria:

Levantamento das Cirurgias Eletivas Municipais nos campos do Planejamento Familiar e Programa de Saúde da Mulher, tendo como instrumento relatórios gerenciais do SIHD, Competências Abril, Maio, Junho e Julho/2017. Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação da realidade municipal nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal da Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Mulher.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada) Sim

Ente Federado: PRAIA GRANDE

Demandante: Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria: Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS: Sim

Nº da auditoria: 36888

Finalidade da auditoria:

Levantamento mensal das Internações de pacientes entre zero e um ano de idade com dados individualizados e Agravos de Notificação Encontrados em cada competência para Ambulatório de Pediatria de Risco, referente aos itens 5.15 e 5.22 do Plano Operativo Anual 2016. Competências Abril, Maio, Junho e Julho/2017.

Status da auditoria: Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Criança.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

36895

Finalidade da auditoria:

Programa SISCOLO - Identificação das cirurgias por neoplasia de colo uterino realizadas no HMID - Hospital Municipal Irmã Dulce com procedimento, data de realização e resultado de anatomopatológico da peça cirúrgica. Competências Março, Abril, Maio e Junho/2017. Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação da realidade atual do município nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Mulher.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada) Sim

Ente Federado: PRAIA GRANDE

Demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria: Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS: Sim

Nº da auditoria: 37614

Finalidade da auditoria:

Avaliação do Indicador para a Parte Variável do Contrato de Gestão/ POA Transitório 2017 com a FUNDAÇÃO DO ABC e Avaliado 10% dos Prontuários faturados em cada Clínica na competência de Agosto, Setembro, Outubro e Novembro/2017 para verificação da existência de relatórios de alta em leitos do município.

Status da auditoria: Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação das metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Encaminhamentos

Relatório com parecer técnico mensal de Auditoria Municipal com alcance das metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37617

Finalidade da auditoria:

Relatório - Contrato de Gestão Municipal nº 068/13 do Hospital Municipal Irmã Dulce - Plano Operativo Transitório 2017. Avaliação da pactuação das metas e do cumprimento dos serviços prestados na competência de Julho, Agosto, Setembro e Outubro com elaboração do Relatório Mensal da Auditoria esclarecendo as conformidades e inadequações encontradas, baseando-se no enfoque das metas dos atendimentos prestados de acordo com o Contrato de Gestão Pactuado.

Status da auditoria:

Encerrada

Hospital Municipal Irmã Dulce

Unidade(s) auditada(s):

Recomendações

Avaliação das metas propostas em contrato pela Comissão de Monitoramento e Avaliação.

Encaminhamentos

Relatório mensal com parecer técnico da Auditoria Municipal em relação às metas propostas em contrato para a Comissão de Monitoramento e Avaliação Municipal.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37625

Finalidade da auditoria:

Levantamento das Cirurgias Eletivas Municipais, tendo como instrumento relatórios gerenciais do SIHD, competências Agosto, Setembro, Outubro e Novembro. Instrumento de verificação junto a fila de espera municipal.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Verificar se as cirurgias eletivas realizadas foram de pacientes da fila de espera oficial da Secretaria de Saúde.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para Departamento de Informação em Saúde/ Divisão de Regulação.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Ministério da Saúde/Secretaria de

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37616

Finalidade da auditoria:

Em atenção às Portarias SAS/MS 544/2000 e 98/1999, foram realizadas auditorias analíticas das AIH's bloqueadas no Sistema de Informação Hospitalar Descentralizado (SIHD), na apresentação Agosto, Setembro, Outubro e Novembro.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Correção de eventuais inconformidades encontradas nas apresentações auditadas.

Encaminhamentos

Eventuais inconformidades encontradas nas apresentações são apontadas ao Prestador para correção.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Secretaria Municipal de Saúde

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37622

Finalidade da auditoria:

Avaliar a correta caracterização das AIH's, utilizando amostra aleatória de no mínimo 10% da média mensal do total de AIH's apresentadas pelo Hospital Municipal Irmã Dulce, competências Agosto, Setembro, Outubro e Novembro.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Inserção das informações em sistema próprio para análise da Comissão responsável.

Encaminhamentos

Relatório com parecer técnico da Auditoria Municipal para o setor responsável.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37623

Finalidade da auditoria:

Levantamento das Cirurgias Eletivas Municipais nos campos do Planejamento Familiar e Programa de Saúde da Mulher, tendo como instrumento relatórios gerenciais do SIHD, Competências Agosto, Setembro e Outubro.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Mulher.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37619

Finalidade da auditoria:

Levantamento mensal das Internações de pacientes entre zero e um ano de idade com dados individualizados e Agravos de Notificação Encontrados em cada competência para Ambulatório de Pediatria de Risco, referente aos itens 5.15 e 5.22 do Plano Operativo Anual 2016. Competências Agosto, Setembro e Outubro. Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação da realidade atual nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Criança.

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

PRAIA GRANDE

Demandante:

Setores Internos da SESAP

Órgão responsável pela auditoria:

Divisão de Auditoria

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

37624

Finalidade da auditoria:

Programa SISCOLO - Identificação das cirurgias por neoplasia de colo uterino realizadas no HMID - Hospital Municipal Irmã Dulce com procedimento, data de realização e resultado de anatomopatológico da peça cirúrgica. Competências Julho, Agosto e Setembro. Instrumento para avaliação da realidade municipal atual nas áreas apontadas.

Status da auditoria:

Encerrada

Unidade(s) auditada(s):

Hospital Municipal Irmã Dulce

Recomendações

Avaliação da realidade atual nas áreas apontadas.

Encaminhamentos

Relatório mensal de Auditoria para o Apoio Técnico da Saúde da Mulher.

11. ANÁLISE E CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O município de Praia Grande, em observância ao planejamento em saúde estabelecido no Plano Municipal 2014-2017 e da Programação Anual de Saúde 2017, conseguiu cumprir – em quase sua totalidade - as metas pactuadas. Oportuno destacar que o ano de 2017 caracterizou-se como um ano de grandes inaugurações nos diversos segmentos da Atenção Básica, Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Atenção Hospitalar. Entre os destaques, cita-se a operacionalização de 6 (seis) grandes unidades básica e os três novos equipamentos da Rede de Atenção Psicossocial (CAPS II Mirim, CAPS AD e CAPS infantil), a abertura de um grande equipamento regional de Atenção à Pessoa com Deficiências através da inauguração do Centro Especializado em Reabilitação (CER) Joanna Imparato, a expansão da Rede de Atenção às pessoas com Doenças Crônicas através da ampliação e habilitação da alta complexidade em nefrologia no Nefro PG, CNES nº. 7919697 e os grandes investimentos no setor hospitalar, com a criação, no final do primeiro semestre de 2017, do Complexo Hospitalar Irmã Dulce, bem como as respectivas ações de habilitação de 10 novos leitos de UTI adulto e 10 novos leitos de UTI pediátrica e expansão do acesso aos procedimentos cirúrgicos eletivos. Entre os desafios, destaca-se a crescente dificuldade de melhoria de alguns indicadores em decorrência do aumento da importância regional do município como polo sede de serviços de referência regional.

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

O Relatório Anual de Gestão 2017 encerra as pactuações programadas no Plano Municipal de Saúde 2017.

Como principais marcos do ano de 2017, destacam-se as ações de consolidação de uma cobertura adequada de Atenção Básica e a estruturação das redes de atenção à saúde no setor ambulatorial e hospitalar do município, bem como o fortalecimento de uma efetiva política de Educação Permanente em Saúde, em defesa da integralidade e qualidade do acesso em saúde e a valorização do capital humano da rede de saúde municipal.

Entre os grandes desafios figuram-se uma grave crise financeira ainda não superada no cenário nacional, colocando em risco o financiamento da saúde pública no Brasil e um conturbado cenário político que promoveu profundas alterações na legislação nacional do Sistema Único de Saúde, com – inclusive – com significativas alterações dos mecanismos de financiamento do SUS e a revogação ou renovação de importantes portarias, que definem o Planejamento em Saúde e as Políticas Nacionais de Atenção Básica e das Redes de Atenção.

Desta feita, o Plano Municipal de Saúde 2018-2021 mantém as características desenvolvimentistas da arrojada e pujante Gestão Municipal, que pela qualidade administrativa, figura o município no patamar de alta efetividade em saúde.

Com o advento do novo Plano Municipal de Saúde 2018-2021, estabelece-se as diretrizes específicas e as metas da ação municipal de curto, médio e longo prazos, em observância aos anseios da sociedade praiagrandense e aos ditames dos artigos 28º e 29º do Plano Diretor da Estância Balneária de Praia Grande na busca da manutenção das conquistas alcançadas e a contínua melhoria dos indicadores de saúde.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
Plano Municipal de Saude_2018 2021_DECRETO_versao final.pdf	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
RESOLUÇÃO COMUSAPG - Nº 045-2017 - APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA GRANDE - 2018-2021.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
PAS2017_COMUSA.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
RESOLUÇÃO COMUSA-PG Nº 010-2017 - Aprovação da Programação Anual de Saúde 2017..pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG
PAS 2018.pdf	Programação Anual de Saúde do período 2014
RESOLUÇÃO COMUSAPG - Nº 065-2017 - APROVAÇÃO SISPACTO 2018. pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a Programação Anual de Saúde do período de 2014

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Câmara de Vereadores em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em	23/05/2017	19/09/2017	20/02/2018
Enviado para Câmara de Vereadores em	29/05/2017	25/09/2017	26/02/2018

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	28/03/2018 18:57:27
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Câmara de Vereadores em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	28/03/2018 18:57:27
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	28/03/2018 19:06:12
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	Relatório aprovado pelo conselho em reunião ordinária, ocorrida em 27/03/2018
Status da Apreciação	Aprovado
Resolução da Apreciação	019 Data 27/03/2018

PRAIA GRANDE - SP, ____ de _____ de ____.